

CONSTITUINTE

PMDB e PFL apelam para Sarney intervir na crise da Aliança

por Zanoni Antunes
de Brasília

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), prevê que o futuro da Aliança Democrática está nas mãos do presidente José Sarney. Cabe a ele, segundo Lucena, decidir se a Aliança é ou não indispensável ao seu governo. O senador paraibano considerou grave a atitude do Partido da Frente Liberal (PFL) parceiro do PMDB na Aliança, de negar-se a participar da mesa constituinte. "Nós, o PMDB, temos condições de isoladamente da sustentação política ao governo", afirmou.

O mesmo apelo para que Sarney intervenha na Aliança partiu do presidente nacional em exercício do PFL, deputado Maurício Campos. Ele afirmou na sexta-feira que a Aliança Democrática "está por um fio e sua manutenção a nível federal depende somente de uma ação eficaz do presidente José Sarney", acrescentando que, se o presidente da República não agir com urgência, "este pacto político, que permitiu o surgimento da Nova República, vai acabar".

A crise entre o PMDB e o PFL, que integram a Aliança Democrática, continua longe de uma solução. O deputado Alceni Guerra (PR), vice-líder do PFL, por exemplo, expressa a animosidade do seu partido com relação ao PMDB,



Humberto Lucena

anunciando retaliação. Entende ele que o episódio da mesa da Constituinte não pode ficar sem resposta. "É preciso mostrar ao PMDB que isso vai ter um preço."

A retaliação prometida pelo PFL, segundo o seu vice-líder, deverá ocorrer no campo onde o PMDB impingiu ao PFL a sua maior derrota desde que a Aliança foi formada para ajudar a eleger a chapa Tancredo Neves e José Sarney: o plenário. Alceni lembrou ainda que as decisões tomadas pelo seu líder, deputado José Lourenço (BA), de não participar da mesa e romper os entendimentos com o PMDB, foram aprovadas e incentivadas pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia. Aureliano, da ala mais "dura" do PFL, divide com o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, a liderança dentro do PFL.

Origens do confronto

por Zanoni Antunes
de Brasília

A disputa por cargos na Mesa Diretora dos trabalhos da Constituinte foi a causa que levou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) ao impasse. A eleição do senador Mário Covas (SP) para líder do PMDB na Constituinte desarticulou o clima de entendimento que havia entre os dois partidos. Covas elegeu-se defendendo a tese de que não existe Aliança Democrática dentro da Constituinte.

A partir de sua eleição, Covas negou um acordo que teria havido entre o PMDB e o PFL que dava a este último a primeira vice-presidência da Constituinte. Até então, os acordos entre os dois partidos eram selados entre Ulysses

Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, e de seus líderes na Câmara e no Senado, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso. Foi com esses interlocutores que o PFL garantiu, também em troca de cargos, a reeleição de Ulysses para a presidência da Câmara.

Com a vitória de Mário Covas, o PFL perdeu os seus interlocutores e passou a conviver com o estilo próprio do senador paulista, baseados na independência que o levou à liderança e na tese que a Aliança não existe na Constituinte. Covas ganhou numa primeira etapa, ao garantir para o PMDB a primeira vice-presidência da Constituinte, mas perdeu ao não conseguir acomodar o PFL em outros cargos da mesa, pondo em risco o frágil equilíbrio da Aliança Democrática.

DECISÃO

Diante desse quadro é que o presidente do Congresso acha que somente o presidente da República poderá servir de árbitro no confronto. Será do presidente José Sarney, segundo Humberto Lucena, a decisão da manutenção ou não da Aliança Democrática, embora opine que no atual estágio será difícil mantê-la. De qualquer forma, Lucena afiança que o PMDB está em condições de, isoladamente, dar sua sustentação política ao governo.

Mas o Palácio do Planalto já dá sinais de que não está disposto a ver o desmantelamento da Aliança. O ministro pefelista Marco Maciel, contrário ao endurecimento com o PMDB, já está operando na busca de harmonização entre os dois partidos. Através de contatos telefônicos, como o relatado pelo senador pemedebista Gerson Camata, ex-governador do Espírito Santo, Maciel procura aproximar-se de parlamentares favoráveis ao entendimento.

Simon defende reaproximação

por Milton Wells
de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, passou a madrugada de sexta-feira reunido com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e várias lideranças do partido, discutindo as consequências políticas da retirada do PFL da Mesa da Constituinte. Simon defendeu uma reaproximação com o PFL e sustentou sua opinião com base na necessidade de dar sustentação ao presidente José Sarney. Ele acha que o PMDB não está concedendo respaldo necessário ao presidente na questão da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa e observa que os próprios pemedebistas se estão dividindo, com alguns defendendo o rompimento com o governo central. "Acho até compreensível criticar o governo, mas o PMDB deve assumir as suas responsabilidades e não contribuir para enfraquecê-lo", disse Simon.

O governador gaúcho defendeu a permanência do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e reiterou que deve ser dado um voto de confiança ao autor do Plano Cruzado. "O que se precisa é de um modelo econômico, um plano de desenvolvimento", afirmou. "É o presidente Sarney está seriamente empenhado nisso." Simon acrescentou que Sarney não pensa em admitir um eventual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), argumentando que seu modelo é

recessivo. "O monitoramento do Fundo é altamente negativo para o País, mas devemos urgentemente encontrar um plano econômico."

FINANÇAS ESTADUAIS

O governador Pedro Simon reagiu com naturalidade diante das dificuldades apontadas pelo governo central para atender às reivindicações dos gaúchos. Explicou que seu pleito de CZ\$ 25 bilhões, cujo documento foi entregue ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pretendeu transmitir um retrato das finan-

ças do estado, mostrando que "não há como fazer milagres, caso não ocorra a mudança do perfil da dívida pública de CZ\$ 111 bilhões". Simon acha que poderá encontrar uma solução intermediária às suas reivindicações, principalmente na concessão, por parte da União, de novos prazos para o pagamento das dívidas vencidas relativas à Companhia Estadual de Energia Elétrica (Ceee) e Companhia Riograndense de Telecomunicações.

O governador gaúcho entende que o governo poderá contemplar o Rio Grande

do Sul com um volume de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), o que viabilizaria vários empreendimentos industriais. Simon confirmou, na sexta-feira, que o presidente José Sarney deverá vir ao estado na primeira semana de abril, acompanhado de vários ministros. "Será uma reunião de trabalho para debater os planos de desenvolvimento do estado. Vamos mostrar que não estamos de braços cruzados, aguardando benesses da providência", afirmou o governador.

Disputa nas comissões

por Cecília Pires
de Brasília

Os coordenadores das bancadas estaduais vão tentar colocar nas mãos do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, uma proposta para superar os descontentamentos na distribuição de vagas nas comissões e subcomissões, feitas previamente nas reuniões partidárias regionais. O critério de sorteio, adotado quando o número de vagas era muito menor que o de candidatos, acabou provocando brigas nas bancadas.

Em reunião na tarde de sexta-feira, a bancada gaúcha do PMDB decidiu solicitar a Covas mais uma vaga para a subcomissão de Reforma Agrária, para acomodar o deputado Vicente Bogo. Com direito a uma única vaga nesta sub-

comissão e cinco candidatas em disputa, o sorteio acabou deixando de fora o candidato indicado pelos sindicalistas gaúchos para representá-los na questão agrária.

Bogo acabou recebendo apoio da Contag, que enviou trabalhadores rurais ao Congresso, para conversar com o senador Mário Covas e conseguiu adesões num abaixo-assinado que circulou no partido. A bancada, que não poderia mais retirar da subcomissão o deputado Ivo Mainardi, escolhido sob sorteio, acabou, diante do fato consumado, pleiteando nova vaga.

O senador José Paulo Bisol, do PMDB do Rio Grande do Sul, admitiu, depois da reunião, que o sorteio, utilizado como forma de preencher a vaga, disputada por vários candidatos, acabou por gerar distor-

ções e deixar de fora de algumas comissões parlamentares mais bem preparados ou mais representativos em termos políticos do que outros. Um deputado da mesma bancada admitiu que, se houvesse eleição, Bogo teria sido escolhido para o lugar.

De acordo com o próprio parlamentar, preterido no sorteio, isso aconteceu em várias bancadas, comprometendo o perfil dos membros das comissões, na medida em que se aboliu o debate político, e passou-se ao critério de escolha aritmético. O senador Mário Covas esclareceu, no entanto, que ao deixar que as bancadas decidissem como administrar as vagas disponíveis segundo a divisão proporcional e os candidatos existentes, não eliminou a possibilidade de negociação.